



Cia. Brasileira de Serviços Financeiros S/A

**Informações contábeis intermediárias e
relatório dos auditores independentes**

Março 2025

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	8

Informações Financeiras Trimestrais

Balanço Patrimonial	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17
Demonstração do Valor Adicionado	18

Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

1. Contexto Operacional	19
2. Base de Apresentação	21
3. Resumo das Políticas Contábeis Materiais	22
4. Gestão de Risco Operacional	25
5. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado por Segmento de Negócio	26
6. Caixa e Equivalentes de Caixa	26
7. Títulos e Valores Mobiliários	27
8. Outros Créditos	27
9. Fornecedores	27
10. Partes Relacionadas	28
11. Obrigações e Encargos	28
12. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	28
13. Patrimônio Líquido	28
14. Despesas Gerais e Administrativas	29
15. Receitas e Despesas Financeiras	29
16. Despesas Tributárias	29
17. Tributos sobre Resultado	30
18. Outras Informações	31
19. Contingências	31
20. Eventos Subsequentes	31

Relatório da Administração

10 de novembro de 2025: A Cia. Brasileira de Serviços Financeiros (“CIABRASF” ou “Companhia”), companhia aberta, listada no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), divulga hoje suas informações financeiras referentes ao período de 01 de janeiro de 2025 a 31 de março de 2025.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Mensagem da Administração

De início, é relevante destacar que a Companhia exerce o papel de controladora, seja de forma direta ou indireta, de sociedades empresárias que atuam na administração de carteiras de valores mobiliários, nos termos da resolução da CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021. Essas sociedades desenvolvem atividades que incluem, nos termos da regulamentação e da autorregulação a administração de fundos de investimento.

Em relação à trajetória societária e ao capital da Companhia, foram observadas transformações significativas. Em maio de 2024, a totalidade das ações da Companhia foi adquirida pela Reag Investimentos S.A. (anteriormente denominada GETNINJAS S.A), que passou a ser a única acionista da Companhia. Já em junho de 2024, foi aprovada a cisão parcial da Reag Investimentos S.A., permitindo à Companhia incorporar o acervo cindido, composto por cotas de fundos de investimento, além de viabilizar a listagem e negociação de suas ações no Novo Mercado da B3. Em dezembro de 2024, a REAG Capital Holding S.A. realizou novo adiantamento para aumento de capital, que foi capitalizado em maio de 2025. Por fim, em fevereiro de 2025, foi aprovado e homologado mais um aumento de capital, consolidando a estrutura societária vigente.

Neste contexto, a Companhia, no primeiro trimestre de 2025, concentrou esforços para: i) estruturação societária no grupo da REAG Capital Holding S.A. (“RCH”), seu atual controlador; e ii) a operação dos serviços fiduciários.

Com o objetivo de reforçar nosso compromisso com a transparência, nesta divulgação, será dada ênfase aos eventos subsequentes que ocorreram entre o fechamento do exercício, em 31 de março de 2025, e a data de divulgação dos resultados.

O Mercado

Segundo dados da ANBIMA, no 1º trimestre de 2025 o mercado de capitais brasileiro registrou uma captação de R\$ 152,3 bilhões, batendo o recorde em volume de ofertas entre os primeiros trimestres da série histórica. O resultado mostra que apesar das incertezas do cenário macroeconômico, as empresas vêm buscando o mercado de capitais para o seu financiamento. Os destaques do trimestre foram as debêntures que representaram 67,7% do total colocado em mercado (R\$ 103,1 bilhões), seguido de FIDC com 9,6% (R\$ 14,6 bilhões) e CRI com 7,2% (R\$ 11,0 bilhões).

Em contrapartida, os fundos de investimentos registraram captação líquida negativa de R\$ 39,8 bilhões no 1º trimestre. O melhor desempenho foi da classe Renda Fixa que registrou entrada líquida de R\$ 8,3 bilhões. As maiores saídas foram na classe Ações com resgate líquido de R\$ 8,5 bilhões seguido da classe dos FIDCs com R\$ 4,8 bilhões. Vale ressaltar que a classe Multimercados apresentou captação positiva de R\$ 636,7 milhões, o primeiro resultado mensal positivo acumulado desde agosto de 2023, decorrente de um movimento concentrado de aporte.

Desempenho Operacional

Passando para os números da Companhia, ao longo do ano de 2024, não foram registradas receitas e abaixo segue detalhamento das despesas e resultado do ano.

As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 325 mil, relacionados principalmente a serviços de terceiros. Além disso, registramos um resultado financeiro no montante positivo de R\$ 209 mil, advindo das aplicações financeiras, e despesas tributárias no valor de R\$ 50 mil, advinda dos tributos relacionados à receita financeira.

Desempenho Financeiro

Disponibilidade em caixa R\$ 425 mil ▲+100% 2025 vs. 2024	Total de Ativos R\$ 43.393 mil ▲+ 49% 2025 vs. 2024	Patrimônio Líquido R\$ 13.898 mil ▲+100% 2025 vs. 2024	Prejuízo do período R\$ 14 mil ▲+180% 2025 vs. 2024
--	--	---	--

O incremento do ativo e do patrimônio líquido está diretamente relacionado a integralização do capital via cisão parcial da Reag Investimentos S.A. (anteriormente denominada GETNINJAS S.A.).

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da
CIABRASF – Cia. Brasileira de Serviços Financeiros S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Revisamos as informações contábeis intermediárias da CIABRASF – Cia. Brasileira de Serviços Financeiros S.A. (“Companhia”) anteriormente denominada Reag Trust S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Ênfases

Eventos subsequentes – Homologação parcial do aumento do Capital Social da Companhia e posterior alienação do Bloco de Controle da CIABRASF para o Grupo Planner

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 20 (a), que descreve a homologação parcial do aumento de capital aprovado em 28 de fevereiro de 2025 e efetivada em 28 de abril de 2025, conforme formalizado em ata do Conselho de Administração de 12 de maio de 2025. O aumento considerou a subscrição e integralização de 5.325.457 ações ordinárias, totalizando R\$ 450.427 mil, mediante capitalização de AFAC realizado em dezembro de 2024, no montante de R\$ 29.100 mil, conferência de participações societárias avaliadas, via laudo de avaliação, em R\$ 421.316 mil e aportes de acionistas minoritários, em moeda corrente no montante de R\$ 11 mil. Com a homologação parcial, o capital social passou de R\$ 14.110 mil para R\$ 464.537 mil, representado por 5.834.014 ações ordinárias.

Adicionalmente, conforme Fato Relevante de 3 de novembro de 2025, os acionistas controladores celebraram contrato de alienação do bloco de controle da Companhia, composto por 5.655.015 ações, aproximadamente 96,96% do capital social, com a B100 Controle e Participações S.A. O preço pactuado envolve parcela fixa de R\$ 1.000, 120 parcelas mensais variáveis equivalentes a 15% da receita líquida ajustada e, condicionado a evento de liquidez em até 60 meses, parcela adicional de 20% do respectivo preço. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Eventos Subsequentes – Ações em circulação (“Free Float”)

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 20 (b), Em razão de homologação parcial do Aumento de Capital descrito no item 19 (a), o percentual de ações em circulação (“Free Float”) da Companhia passou a um patamar inferior ao mínimo de 20% (vinte por cento) exigido nos termos do artigo 10, inciso I, do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3” e “Regulamento”), a administração da Companhia deverá tomar as medidas necessárias para reenquadrar seu Free Float ao mínimo exigido pelo Regulamento no prazo de 18 (dezoito) meses de 12 de maio de 2025 (data da Reunião do Conselho de Administração), conforme autorizado no Regulamento, sujeito, a condições de mercado e outras circunstâncias que possam impactar tais planos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Eventos Subsequentes – Operação Carbono Oculto

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 20 (d), a Receita Federal do Brasil e órgãos parceiros deflagraram, em 28 de agosto de 2025, a “Operação Carbono Oculto”. A referida operação tem como objetivo desmantelar um suposto esquema de fraudes e lavagem de dinheiro no setor de combustíveis. As investigações envolvem empresas, executivos e fundos de investimento ligados ao Grupo Reag, acionista majoritário da CIABRASF. Até a presente data, não há processos instaurados contra nenhuma das entidades vinculadas ao Grupo Reag, ou contra quaisquer de seus executivos, incluindo seus sócios fundadores e fundos de investimentos geridos e administrados, e a Instituição não é parte da referida investigação nem figura entre os alvos da operação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Saldos comparativos

As demonstrações contábeis da Companhia, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram, em 27 de março de 2025, relatório de auditoria sem modificações. Os saldos relacionados a 31 de março de 2024, apresentados para fins comparativos, não foram revisados por nós ou por outros auditores independentes.

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do CPC 21 (R1). Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de novembro de 2025.


CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-048.811/O-0

Thiago Benazzi Arteiro
Contador CRC 1SP-273.332/O-9



**CIA. BRASILEIRA DE SERVIÇOS FINANCEIROS S.A.
(CNPJ: 52.270.350 0001-71)**

**Informações Contábeis Intermediárias
Março 2025**

	<u>NE</u>	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	425	-
Títulos e Valores Mobiliários	7	13.014	-
Outros Créditos	8	378	-
Ativos fiscais a compensar		1	-
Ativos fiscais diferidos		211	-
Total do ativo circulante		14.029	-
Não Circulante			
Títulos e Valores Mobiliários	7	29.364	29.082
Total do ativo não circulante		29.364	29.082
Total do ativo		43.393	29.082

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

	<u>NE</u>	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	9	188	-
Partes Relacionadas	10	86	86
Obrigações e encargos	11	121	-
Total do passivo circulante		395	86
Não Circulante			
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	29.100	29.100
Total do passivo não circulante		29.100	29.100
Patrimônio líquido			
Capital Social		14.110	94
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(18)	(18)
Prejuízos Acumulados		(194)	(180)
Total do patrimônio líquido		13.898	(104)
Total do passivo e patrimônio líquido		43.393	29.082

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

		31/03/2025	31/03/2024
			(não revisado)
Despesas gerais e administrativas	14	(325)	(5)
Resultado operacional		(325)	(5)
Despesas e receitas financeiras	15	209	-
Despesas tributárias	16	(50)	-
Resultado antes dos tributos		(166)	(5)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(59)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	211	-
Prejuízo do período		(14)	(5)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
		(não revisado)
Prejuízo do período	(14)	(5)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-
Total do resultado abrangente do período	(14)	(5)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**CIABRASF – Cia. Brasileira de Serviços Financeiros S.A. (anteriormente
denominada Reag Trust S.A.)**

Demonstração das mutações no patrimônio líquido para os trimestres findos em 31 de Março 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Em 31 de dezembro de 2023

	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
	1	-	-	1

Prejuízo do período

	-	-	(5)	(5)
--	---	---	-----	-----

Em 31 de março de 2024 (não revisado)

	1	-	(5)	(4)
--	----------	---	-----	------------

Em 31 de dezembro de 2024

	94	(18)	(180)	(104)
--	-----------	-------------	--------------	--------------

Integralização de Capital

14.016 - - 14.016

Prejuízo do período

	-	-	(14)	(14)
--	---	---	------	------

Em 31 de março de 2025

	14.110	(18)	(194)	13.898
--	---------------	-------------	--------------	---------------

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

	NE	31/03/2025	31/03/2024
			(não revisado)
Prejuízo do período		(14)	(5)
Prejuízo ajustado		(14)	(5)
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Outros Créditos	8	(377)	-
Ativos fiscais a compensar		(212)	-
Fornecedores	9	188	-
Obrigações tributárias	11	121	-
Caixa consumido pelas atividades de operacionais		(294)	(5)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Títulos e Valores Mobiliários	7	(13.297)	-
Caixa consumido nas atividades de investimentos		(13.297)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	4
Partes Relacionadas	10	-	1
Integralização de Capital	13	14.016	-
Caixa gerado nas atividades de financiamento		14.016	5
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		425	-
Demonstração do saldo de caixa e equivalentes de caixa			
No início do período		-	1
No final do período	5	425	1
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		425	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

	NE	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
			(não revisado)
Insumos adquiridos de terceiros			
Serviço de terceiros	14	(319)	(5)
Valor adicionado total a distribuir		(319)	(5)
Distribuição do valor adicionado			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	14	5	-
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	15	(158)	-
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo retido no período		(166)	(5)
Valor adicionado total distribuído		(319)	(5)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

1. Contexto operacional

A CIABRASF – Cia. Brasileira de Serviços Financeiros S.A. (anteriormente denominada Reag Trust S.A.). (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, foi constituída em 24 de agosto de 2023.

A Companhia tem por objeto social a participação, direta ou indiretamente, (inclusive por meio de fundos de investimento), em pessoas jurídicas no país ou no exterior, que atuem em administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, incluindo a prestação de serviços de administração fiduciária e/ou gestão de recursos, bem como proteção e defesa dos direitos e interesses dos investidores em operações financeiras, na qualidade de interveniente fiduciário, gestor, administrador de receitas, agente fiscalizador e demais funções que tenham por objeto o mesmo fim.

Em 23 de maio de 2024, a Reag Investimentos S.A. (anteriormente denominada GETNINJAS S.A.) adquiriu participação societária da CIABRASF – Cia. Brasileira de Serviços Financeiros S.A. pelo montante de R\$ 1 referente a aquisição de 1.000 (mil) ações.

Em 26 de junho de 2024, através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi aprovada a cisão parcial da Reag Investimentos S.A. a ser efetivada posteriormente ao registro da CIABRASF – Cia. Brasileira de Serviços Financeiros S.A. como companhia aberta categoria A, no montante de R\$ 14.017.

Em 20 de setembro de 2024, a Companhia, através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), houve a deliberação sobre a conversão de categoria B para a categoria A do registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Sobre a listagem e a admissão à negociação das ações ordinárias de sua emissão no mercado organizado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3” e “Listagem e Admissão à Negociação”), bem como o seu ingresso no segmento especial de negociação da B3 denominado Novo Mercado (“Novo Mercado”).

Em 11 de outubro de 2024, conforme ata da assembleia geral extraordinária, na sede social da CIABRASF – Cia. Brasileira de Serviços Financeiros S.A. foi aprovado por unanimidade o aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de 93.229 (noventa e três mil, duzentas e vinte e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (“Novas Ações”), pelo preço de emissão total de R\$ 93.229,14 (noventa e três mil, duzentos e vinte e nove reais e quatorze centavos), fixado com base no inciso I, § 1º, do artigo 170 da Lei das S.A.. Desta forma, o capital social da Companhia passou dos atuais R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 94.229,14 (noventa e quatro mil, duzentos e vinte e nove reais e quatorze centavos), representando 94.229 (noventa e quatro mil, duzentas e vinte e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As Novas Ações foram totalmente subscritas e integralizadas, nesta data, pelo Iduna Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Iduna FIP”), por meio de capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, dos quais (a) R\$ 81.664,72 (oitenta e um mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos) já estavam devidamente contabilizados no balanço patrimonial da Companhia de 30 de setembro de 2024; e (b) R\$ 11.564,42 (onze mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta e dois centavos) foram transferidos para a Companhia em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado no dia 08 de outubro de 2024.

Na mesma data, em ato imediatamente subsequente, conforme ata da referida assembleia, o Iduna FIP transferiu para a Reag Investimentos S.A. a totalidade das 93.229 (noventa e três mil, duzentas e vinte e nove) Novas Ações, em conformidade com o “Contrato de Compra e Venda de Ações da CIABRASF – Cia. Brasileira de Serviços Financeiros S.A. e Outras Avenças” celebrado na mesma data entre a Reag Investimentos S.A., na qualidade de compradora, o Iduna FIP, na qualidade de vendedor, e a Companhia, na qualidade de interveniente anuente (“SPA”).

Em razão disso, a Reag Investimentos S.A. voltou a ser a única acionista da Companhia.

Conforme fato relevante divulgado em 14 de novembro de 2024, como consequência da aprovação da proposta de alteração do objeto social da CIABRASF – Cia. Brasileira de Serviços Financeiros S.A., foi ratificada a cisão parcial da Reag Investimentos S.A. e incorporação do acervo cindido pela CIABRASF – Cia. Brasileira de Serviços Financeiros S.A. realizadas em 26 de junho de 2024.

As propostas acima relativas à Reorganização Societária foram aprovadas pelos acionistas da Reag Investimentos S.A. e da CIABRASF – Cia. Brasileira de Serviços Financeiros S.A. em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas no dia 09 de dezembro de 2024.

A eficácia das matérias relacionadas à Reorganização Societária está sujeita ao cumprimento de condições suspensivas.

Conforme ata da assembleia geral extraordinária, realizada em 09 de dezembro de 2024, foi aprovada a alteração do objeto social da Companhia, passando neste ato a vigorar com a seguinte nova redação: Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social a participação, direta ou indiretamente (inclusive por meio de fundos de investimento), em pessoas jurídicas no país ou no exterior, que atuem na administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, incluindo a prestação de serviços de administração fiduciária e/ou gestão de recursos, bem como proteção e defesa dos direitos e interesses dos investidores em operações financeiras, na qualidade de interveniente fiduciário, gestor, administrador de receitas, agente fiscalizador e demais funções que tenham por objeto o mesmo fim.

Em 26 de fevereiro de 2025, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, o capital social da Companhia, passou automaticamente de R\$ 94.229,14 (noventa e quatro mil, duzentos e vinte e nove reais e quatorze centavos) para R\$ 14.109.917,61 (quatorze milhões de reais, cento e nove mil, novecentos e dezessete reais e sessenta e um centavos), representado por 508.557 (quinhetas e oito mil, quinhentas e cinquenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Este ato foi aprovado em 26 de junho de 2024, através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), na qual foi deliberada a cisão parcial da Reag Investimentos S.A.

Em 28 de fevereiro de 2025, em reunião do Conselho de Administração da Companhia ("RCA"), sujeito à verificação da Condição Suspensiva (conforme definição abaixo), foi aprovado, o aumento do capital social da Companhia de até R\$ 692.750.798,40 (seiscientos e noventa e dois milhões, setecentos e cinquenta mil, setecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), com a possibilidade de homologação parcial caso ocorra a subscrição de, no mínimo, R\$ 450.415.988,50 (quatrocentos e cinquenta milhões, quatrocentos e quinze mil, novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), mediante a emissão, para subscrição privada, de, no mínimo, 5.325.325 (cinco milhões, trezentas e vinte e cinco mil, trezentas e vinte e cinco) novas ações ordinárias ("Subscrição Mínima") e, no máximo, 8.190.480 (oito milhões, cento e noventa mil, quatrocentas e oitenta) novas ações ordinárias ("Subscrição Máxima"), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Novas Ações"), a um preço por ação de R\$ 84,58 (oitenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), fixado com base no artigo 170, §1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações ("Aumento de Capital"), respaldado por laudo de avaliação.

No contexto do Aumento de Capital, a REAG Capital Holding S.A. (CNPJ nº 10.452.416/0001-02) ("Investidor") assumiu o compromisso de subscriver Novas Ações correspondentes à Subscrição Mínima, a serem integralizadas mediante:

- (a) capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital realizado pelo Investidor na Companhia em 17 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 29.100.000,00 (vinte e nove milhões e cem mil reais) ("AFAC"), conforme já divulgado no Fato Relevante da Companhia datado de 18 de dezembro de 2024, nos termos do Instrumento Particular de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital celebrado entre a Companhia e o Investidor em 17 de dezembro de 2024 e do Acordo de Investimento e Outras Avenças celebrado entre a Companhia e o Investidor na presente data ("Acordo de Investimento"); e

- (b) conferência de participações societárias detidas pelo Investidor na REAG Trust Administradora de Recursos Ltda. ("REAG Adm."), na REAG Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("REAG DTVM") e na REAG Trust Holding Financeira Ltda. ("REAG Holding Financeira" e, em conjunto com REAG Adm. e REAG DTVM, as "Participações Societárias" ou "Empresas"), avaliadas no valor total de R\$ 421.315.988,50 (quatrocentos e vinte e um milhões, trezentos e quinze mil, novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), nos termos do Acordo de Investimento e do laudo de avaliação das Participações Acionárias elaborado de forma independente pela EY Assessoria Empresarial Ltda. ("EY" e "Laudo de Avaliação - Participações Societárias").

Para viabilizar a subscrição das Novas Ações pelo Investidor nos termos acima, o REAG Alpha Fundo de Investimento Financeiro em Ações, na qualidade de acionista controlador da Companhia, renunciou, em favor do Investidor, parte do seu direito de preferência para subscrição do Aumento de Capital em montante correspondente à Subscrição Mínima.

Outra parte do Aumento de Capital, se subscrita pelos demais acionistas em razão do exercício de direito de preferência, será integralizada em moeda corrente nacional, à vista.

A emissão dessas informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Administração em 10 de novembro de 2025.

2. Base de Apresentação

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no período. As informações contábeis intermediárias foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis.

As informações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo, entre outros.

A Administração avalia a capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis intermediárias. A Companhia não possui contratos de dívidas com terceiros e não existem outros compromissos financeiros conforme apresentado nas informações financeiras. A administração está acompanhando o prejuízo, ocasionado pela Companhia: (i) estar em fase inicial-operacional e (ii) incorrer em despesas gerais e administrativas para custeio de suas atividades iniciais. Apesar do prejuízo indicar a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia, a administração avaliou e conclui, que a Companhia possui capacidade de continuar operando nos próximos 12 meses.

A acionista majoritária Reag Investimentos S.A. ratifica e corrobora o Plano de Negócios da Companhia, aportando recursos nos montantes que sejam necessários para garantir a continuidade operacional da Companhia no futuro previsível, ou em período não inferior a 12 meses.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário.

(a) Disponibilidades

Os disponíveis são ativos financeiros mantidos para o pagamento de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos.

Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa, ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação no valor justo de mercado.

Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pela Companhia não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o valor de mercado, calculado com base na taxa de juros até a data do balanço.

(b) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de Ativos e Passivos Financeiros

Conforme o IFRS 9 / NBC TG 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA"); e valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Ativos financeiros a custo amortizado – Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente representados por caixa e equivalentes (nota explicativa nº 5) e títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6), classificados a valor justo por meio do resultado.

(c) Cotas de fundos de investimento

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são registrados pelo custo de aquisição e atualizados, pelo valor da cota divulgada pelos Administradores dos fundos investidos.

No exercício de 2024, o resultado referente às cotas de fundos de investimento foi apresentado na demonstração do resultado abrangente, como ajuste de avaliação patrimonial. Contudo, a partir de janeiro de 2025, esse resultado passou a ser reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período.

(d) Outros passivos (circulantes e não circulantes)

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

(e) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas com base no regime de competência, ou seja, são registradas no período em que ocorrem, independentemente do recebimento ou pagamento.

(f) Capital Social

É constituído por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(g) Moeda funcional e moeda de apresentação

A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional", a qual é também a moeda de apresentação das informações contábeis. Adicionalmente as informações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado outra forma.

(h) Estimativa de valor justo

A Companhia classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos conforme segue:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 – informações, além dos preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3 – informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os ativos ou passivos remanescentes.
- o valor justo de contratos futuros de taxas de inflação (como arrendamentos) com base nas taxas de inflações futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

A tabela a seguir apresenta os ativos mensurados ao valor justo:

Mensurações ao valor justo	31 de março de 2025	
	Nível 3	Total
Ativos		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado		
Títulos e valores mobiliários	42.378	42.378
Total do ativo	42.378	42.378

Mensurações ao valor justo	31 de dezembro de 2024	
	Nível 3	Total
Ativos		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado		
abrangente		
Títulos e valores mobiliários	29.082	29.082
Total do ativo	29.082	29.082

Nível 3

A tabela a seguir apresenta as movimentações dos ativos de Nível 3 para o período findo:

	Títulos para negociação ao valor justo por meio do resultado
Saldo Inicial	29.082
Aquisição de títulos	14.016
Resgate de Títulos	(929)
Resultado financeiro do período	209
Total do ativo em 31 de março de 2025	42.378

Saldo Inicial

Aquisição de títulos	29.100
Perdas no reconhecimento do resultado abrangente	(18)
Total do ativo em 31 de dezembro de 2024	29.082

**Títulos para
negociação ao valor
justo por meio do
resultado abrangente**

4. Gestão de risco operacional

As atividades de gestão de risco operacional são conduzidas pela administração da Companhia. Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia não são identificados nas suas operações, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

a) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, que podem afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. As aplicações financeiras substancialmente estão concentradas em fundos de investimentos que possuem em sua carteira ativos de renda variável.

b) Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus devedores, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis, todos os créditos oferecidos são submetidos à rigorosa análise qualitativa. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por retenções, coobrigação dos cedentes, ou garantia real, assegurando a integridade do fluxo de caixa, prevista mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores.

c) Risco de liquidez

Considerado pela eventual incapacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre os títulos a serem emitidos e os lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez.

d) Risco operacional

Entendido como relacionado à possibilidade de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações e na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou das outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses efeitos, a Companhia estabelece rotinas de verificação, realizada por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou.

5. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado por Segmento de Negócio

a) Balanço Patrimonial:

Ativo	Holding de financeira
Disponibilidades	425
Títulos e valores mobiliários	42.379
Outros créditos	378
Ativos fiscais	211
Total em 31/03/2025	43.393

Passivo	Holding de financeira
Fornecedores	188
Partes Relacionadas	86
Obrigações e encargos	121
Adiantamento para futuro aumento de capital	29.100
Patrimônio líquido	13.898
Total em 31/03/2025	43.393

b) Demonstração do Resultado:

	Holding de financeira
Despesas gerais e administrativas	(325)
Receitas financeiras	209
Despesas tributárias	(50)
Imposto de renda e contribuição social	152
Total em 31/03/2025	(14)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2025	31/12/2024
Conta corrente	425	-
Total	425	-

7. Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia mantém aplicações em cotas de Fundos de Investimento em Participações (FIP) e, para fins de gestão de liquidez, realiza aplicações em cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), conforme demonstrado a seguir:[

	31/03/2025	
	Valor Justo	Quantidade de cotas
REAG MASTER FEEDER FIC FIDC	13.014	1
TREECORP VTX FIP MULTIESTRATEGIA	14.490	14.450
FMI FIP MULTIESTRATEGIA	14.875	14.450
Total	42.378	28.901

	31/12/2024	
	Valor Justo	Quantidade de cotas
TREECORP VTX FIP MULTIESTRATEGIA	14.541	14.450
FMI FIP MULTIESTRATEGIA	14.541	14.450
Total	29.082	28.901

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante	13.014	-
Não Circulante	29.364	29.082
Total	42.378	29.082

8. Outros Créditos

	31/03/2025	31/12/2024
Outros valores a receber (*)	378	-
Total	378	-

(*) Os saldos com outros valores a receber se referem a amortização de cotas de fundos.

9. Fornecedores

	31/03/2025	31/12/2024
Fornecedores	188	-
Total	188	-

10. Partes Relacionadas

	31/03/2025	31/12/2024
Reag Investimentos S.A. (*)	86	86
Total	86	86

(*) Os saldos com partes relacionadas se referem a contrato de conta corrente entre empresas do mesmo conglomerado econômico.

11. Obrigações e encargos

	31/03/2025	31/12/2024
PIS/COFINS/CSLL	118	-
IRRF	3	-
Total	121	-

12. Adiantamento para futuro aumento de capital

	31/03/2025	31/12/2024
AFAC (*)	29.100	29.100
Total	29.100	29.100

(*) Se refere a recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital da acionista majoritária, para suprir com as obrigações da Companhia.

13. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2025, o capital social da Companhia era de R\$ 14.110 (R\$ 94 em 31 de dezembro de 2024), representados por 508.557 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 26 de fevereiro de 2025, foi integralizado o aumento de capital no valor de R\$ 14.015 após a implementação da Cisão Parcial da Reag Investimentos S.A.

b) Reserva legal

A Reserva Legal é constituída a partir do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía valores em reserva legal, uma vez que não obteve lucro no período.

c) Reservas de lucros

Conforme estatuto social, o saldo remanescente após a constituição da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios ficará à disposição da Assembleia que decidirá sua destinação, podendo, inclusive, mantê-lo em uma das contas de reserva prevista nos artigos 194 a 197 da Lei 6.404/76. Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não existia saldo da reserva de lucros, uma vez que não houve apuração de lucro no período.

d) Distribuição de dividendos

Conforme estatuto social, ao final de cada exercício serão levantados o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras, prevista no artigo 176 da Lei 6.404/76, sendo que, dos resultados apurados, serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro, e o saldo remanescente após a destinação das reservas, terá a destinação de 5% do lucro líquido, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, aos acionistas a títulos de dividendos obrigatórios. Em 31 março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não foram distribuídos dividendos aos acionistas, uma vez que não houve lucro apurado no período.

14. Despesas gerais e administrativas

	31/03/2025	31/03/2024 (não revisado)
Serviços profissionais (*)	(204)	(5)
Eventos	(92)	-
Processamentos de dados	(24)	-
Impostos e taxas	(5)	-
Total	(325)	(5)

(*) Se refere a serviços de auditoria, contabilidade e a contratação de consultoria jurídica para auxílio no processo de registro na CVM, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

15. Receitas e despesas financeiras

	31/03/2025	31/03/2024 (não revisado)
Aplicações em fundos de investimentos (*)	209	-
Total	209	-

(*) Os valores de receitas e despesas financeiras, referem-se a ganhos e perdas nas cotas de fundos.

16. Despesas tributárias

	31/03/2025	31/03/2024 (não revisado)
Cofins	(7)	-
PIS	(43)	-
Total	(50)	-

17. Tributos sobre resultado

(a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A CIABRASF é uma sociedade submetida ao regime de tributação pelo Lucro Real, efetuando o recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por estimativas mensais, conforme o disposto nos artigos 247 e seguintes do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/2018). Em janeiro de 2025, a Companhia apresentou prejuízo fiscal no valor de R\$ 62, o qual foi integralmente compensado na apuração de fevereiro, respeitando o limite legal de 30% previsto no art. 15 e §2º da Lei nº 9.065/95. Na competência de março de 2025, o lucro antes do IRPJ e da CSLL totalizou R\$ 247, resultando em lucro real após compensações de R\$ 185, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/03/2025</u>
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	247
(-) Compensação de Prejuízos Fiscais (limite 30%)	(62)
Lucro real depois da compensação	185
Devido IRPJ (15%)	(28)
Adicional (10%)	(15)
Total de IRPJ	(42)
Devido CSLL (9%)	(17)
Total de IRPJ e CSLL	(59)

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

No mês de março de 2025, a Companhia apurou prejuízo fiscal e base negativa de CSLL no montante de R\$ 880. Em virtude desse resultado, não houve tributos correntes a recolher. Entretanto, foi reconhecido o efeito diferido (ativo fiscal) sobre o prejuízo fiscal apurado, conforme determina o CPC 32 / NBC TG 32, considerando a expectativa de compensação futura, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/03/2025</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(880)
Diferido IRPJ (15%)	132
Total de IRPJ	132
Diferido CSLL (9%)	79
Total de IRPJ e CSLL	211

18. Outras informações

Não houve remuneração dos administradores da Companhia no período.

19. Contingências

A sociedade não é parte envolvida em nenhum processo judicial e/ou administrativo na esfera cível, trabalhistas ou tributária, consequentemente, não foi registrada provisão para cobrir eventuais riscos.

20. Eventos subsequentes

a) Homologação parcial do aumento do Capital Social da Companhia e posterior alienação do Bloco de Controle da CIABRASF para o Grupo Planner

Em 28 de abril de 2025, ocorreu a homologação parcial do Aumento de Capital aprovado em 28 de fevereiro de 2025, conforme apresentado na nota explicativa nº1, dentro do limite do capital autorizado, uma vez verificado o atingimento da subscrição mínima de ações estabelecida para o Aumento de Capital, em razão da verificação da subscrição e integralização de 5.325.457 (cinco milhões, trezentas e vinte e cinco mil, quatrocentas e cinquenta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Novas Ações"), ao preço de emissão de R\$ 84,58 (oitenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), perfazendo o montante de R\$ 450.427.153,06 (quatrocentos e cinquenta milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, cento e cinquenta e três reais e seis centavos).

As Novas Ações subscritas foram devidamente integralizadas:

a) pela REAG Capital Holding S.A. (CNPJ nº 10.452.416/0001-02) ("Investidor") mediante:

(a.1) capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC realizado pelo Investidor na Companhia em 17 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 29.100.000,00 (vinte e nove milhões e cem mil reais); e
(a.2) conferência de participações societárias detidas pelo Investidor, avaliadas no valor total de R\$ 421.315.988,50 (quatrocentos e vinte e um milhões, trezentos e quinze mil, novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), conforme laudo de avaliação aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 24 de março de 2025; e

b) pelos demais acionistas em moeda corrente nacional, à vista, no valor total de R\$ 11.164,56 (onze mil, cento e sessenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos).

Em razão da homologação parcial do Aumento de Capital, o valor do capital social da Companhia passou de R\$ 14.109.917,61 (quatorze milhões, cento e nove mil, novecentos e dezessete reais e sessenta e um centavos), representado por 508.557 (quinhetas e oito mil, quinhentas e cinquenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 464.537.070,67 (quatrocentos e sessenta e quatro milhões, quinhentos e trinta e sete mil, setenta reais e sessenta e sete centavos), dividido em 5.834.014 (cinco milhões, oitocentas e trinta e quatro mil e quatorze) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Esta operação foi efetivada em 28 de abril de 2025 e formalizada na Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 12 de maio de 2025.

Em 03 de novembro de 2025, conforme Fato Relevante publicado pela Companhia, os acionistas controladores da CIABRASF – Cia. Brasileira de Serviços Financeiros S.A., Reag Capital Holding S.A. ("RCH") e Reag Alpha Fundo de Investimento Financeiro em Ações – Classe Única, celebraram um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a B100 Controle e Participações S.A. ("Compradora"), holding controladora do Grupo Planner, relativo à alienação do bloco de controle da Companhia ("Bloco de Controle"), composto por 5.655.015 (cinco milhões, seiscentas e cinquenta e cinco mil e quinze) ações ordinárias de sua emissão, representativas de aproximadamente 96,96% do seu capital social total ("Operação").

O preço acordado para a Operação foi composto por três componentes:

- (i) uma parcela fixa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), a ser paga na data de fechamento da Operação;
- (ii) 120 (cento e vinte) parcelas mensais, variáveis e contingentes, cada qual no montante equivalente a 15% (quinze por cento) da receita líquida ajustada da Companhia apurada no mês imediatamente anterior, sendo a primeira parcela apurada no primeiro mês subsequente à data de fechamento da Operação e a última no 10º aniversário da data de fechamento; e
- (iii) sujeito à ocorrência de um evento de liquidez no prazo de 60 (sessenta) meses a contar da data de assinatura do Contrato, uma parcela adicional, independente, variável e contingente, equivalente a 20% (vinte por cento) do preço do evento de liquidez.

Nos termos do Contrato, cuja cópia encontra-se arquivada na sede da Companhia, o fechamento da Operação está condicionado a determinadas condições suspensivas usuais a contratos dessa natureza.

Mediante conclusão da Operação, a Compradora tem obrigação de realizar, nos prazos e condições previstos na legislação aplicável e no Estatuto Social da Companhia, inclusive, mas sem se limitar, no artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações, no artigo 45 da Resolução CVM nº 215/2024 ("RCVM 215") e no Regulamento do Novo Mercado da B3, a Oferta Pública de Aquisição de Ações por Alienação de Controle ("OPA"), ou eventual procedimento diferenciado equivalente, conforme eventualmente autorizado pela CVM nos termos do artigo 70 da RCVM 215.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados sobre o desenvolvimento dos assuntos objeto deste Fato Relevante, em estrita observância à legislação e regulamentação aplicáveis.

b) Ações em circulação ("Free Float")

Em razão de homologação parcial do Aumento de Capital descrito no item 19 (a), o percentual de ações em circulação ("Free Float") da Companhia passou a um patamar inferior ao mínimo de 20% (vinte por cento) exigido nos termos do artigo 10, inciso I, do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3" e "Regulamento"), a administração da Companhia deverá tomar as medidas necessárias para reenquadra seu Free Float ao mínimo exigido pelo Regulamento no prazo de 18 (dezoito) meses de 12 de maio de 2025 (data da Reunião do Conselho de Administração), conforme autorizado no Regulamento, sujeito, a condições de mercado e outras circunstâncias que possam impactar tais planos.

c) Constituições de novas empresas

Em 5 de maio de 2025, foi constituída a CIABRASF Partners Ltda. inscrita no CNPJ sob o nº 60.612.105/0001-23, tendo como objeto social o investimento e a administração (gestão) de participações societárias em quotas ou ações de outras empresas, nacionais ou estrangeiras; e a administração e gestão de recursos de suas controladas. O capital social da empresa é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) quotas sociais com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, integralmente subscritas pela sócia controladora CIABRASF – Companhia Brasileira de Serviços Financeiros S.A.

Em 15 de maio de 2025, foi constituída a CIABRASF Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 60.772.259/0001-82, tendo como objeto social o investimento e a administração (gestão) de participações societárias em quotas ou ações de outras empresas, nacionais ou estrangeiras; e a administração e gestão de recursos de suas controladas. O capital social da sociedade é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, distribuídas da seguinte forma:

- 999 quotas, equivalentes a 99% do capital social, no valor de R\$ 999,00, pertencem à CIABRASF – Companhia Brasileira de Serviços Financeiros S.A.;
- 1 quota, correspondente a 1% do capital social, no valor de R\$ 1,00, pertence à CIABRASF Partners Ltda.

d) Operação Carbono Oculto

Em 28 de agosto de 2025, a Receita Federal do Brasil, em conjunto com outros órgãos públicos, deflagrou a Operação Carbono Oculto, considerada uma das maiores ações de combate à sonegação fiscal e à lavagem de dinheiro no setor de combustíveis. A operação tem como objetivo desmantelar um suposto esquema de fraudes fiscais e de ocultação de recursos por meio de empresas do setor de combustíveis, instituições de pagamento (“fintechs”) e fundos de investimento utilizados como estruturas de blindagem patrimonial.

A REAG Capital Holding S.A., acionista da CIABRASF – Cia. Brasileira de Serviços Financeiros S.A. (“Companhia”), não foi mencionada entre as entidades sob investigação no contexto da Operação Carbono Oculto. No entanto, alguns fundos de investimentos que foram administrados pela REAG até 2024 foram citados pelas autoridades no contexto da Operação Carbono Oculto.

Importante destacar que, até a presente data, nenhum processo foi instaurado contra nenhuma das entidades vinculadas ao Grupo Reag, ou contra quaisquer de seus executivos, incluindo seus sócios fundadores e fundos de investimentos geridos e administrados, e a Instituição não é parte da referida investigação nem figura entre os alvos da operação.

Em decorrência da menção às entidades do Grupo Reag, bem como a fundos de investimentos geridos e administrados por ele no âmbito da Operação Carbono Oculto, as seguintes ações foram imediatamente adotadas:

- Aprovou a contratação de consultoria especializada e escritórios de advocacia com comprovada experiência em casos similares no Brasil, para conduzir investigação interna independente sobre as alegações, além de mobilizar toda a sua estrutura de GRC para apoiar as entidades contratadas no levantamento de todas as informações necessárias à condução da investigação interna;
- Tem cooperado integralmente com as autoridades competentes, atendendo a todas as solicitações formais de órgãos competentes; e
- Está apurando todas as denúncias de irregularidades, em conjunto com os escritórios de advocacia e consultoria especializada em regime de cooperação com as autoridades;

Até a data de emissão destas informações contábeis, a investigação interna conduzida com o apoio dos escritórios de advocacia e consultoria especializada não identificou qualquer irregularidade.

Com base nas informações disponíveis até a data de autorização para a emissão destas informações contábeis, e nas representações dos assessores jurídicos da Companhia, a Administração conclui que até o momento não existem evidências de impactos materiais que requeiram ajustes ou provisões nas presentes informações contábeis.

Em conformidade com o disposto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 24 – Eventos Subsequentes e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as circunstâncias descritas configuram evento subsequente não ajustável, cuja natureza e efeitos potenciais são incertos, motivo pelo qual estão sendo apenas divulgados nesta nota explicativa.

A Administração da Instituição seguirá monitorando continuamente os desdobramentos da Operação Carbono Oculto e da investigação relacionada ao grupo REAG e aos fundos de investimentos por ele geridos e administrados, avaliando a necessidade de atualização desta nota explicativa ou de reconhecimento de eventuais efeitos nas demonstrações financeiras futuras.

A Instituição permanece comprometida com a transparência e com a adoção das melhores práticas de governança corporativa, mantendo o mercado e os seus stakeholders informados sobre a evolução do tema, conforme a legislação e regulamentação aplicáveis.

e) Alteração de Denominação Social

Conforme 35ª Alteração do Contrato Social da REAG Trust Administradora de Recursos Ltda., ocorrida em 18 de agosto de 2025, foi decidido alterar o nome da Sociedade de REAG Trust Administradora de Recursos Ltda. para CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda.

Conforme 8ª Alteração do Contrato Social da REAG Trust Holding Financeira Ltda., ocorrida em 20 de agosto de 2025, foi decidido alterar o nome da Sociedade de REAG Trust Holding Financeira Ltda. para CBSF Trust Holding Financeira Ltda.

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 06 de outubro de 2025, foi decidido alterar o nome da Companhia de REAG Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

SILVANO GERSZTEL

Diretor

CESAR NAKASHIMA

Contador

CRC: 1SP 148337/O-4

* * *